



PROCESSO Nº

FLS. _____ RUBRICA _____

À SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Em resposta ao pedido de esclarecimento encaminhado pela Empresa BLUESTOCK SERVIÇOS, esclarecemos que:

Em se tratando do Edital de Pregão Presencial 056/2023 da PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA – Processo 12.529/2023, vimos pelo presente instrumento solicitar, tempestivamente, o seguinte esclarecimento:

1. Considerando que o objeto a ser licitado é a contratação de empresa especializada na prestação do serviço de locação de equipamentos do tipo computadores (chromebooks tipo 1 e 2) e lousas interativas, incluindo os serviços de entrega, garantia, manutenção, gerenciamento, sistema operacional, sistema de gerenciamento, pelo período de 12 (doze) meses.

Considerando também que a resolução nº 053 de 18 de janeiro de 2019, a qual dispõe sobre a necessidade do registro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Técnicos Industriais, em especial nos artigos 1º (TIPOI), artº. 3 e Art. 4º Parágrafo único, dos quais, a pessoa jurídica que se constitua para prestar ou executar serviços e/ou obras, ou que exerça qualquer atividade ligada ao exercício profissional dos técnicos industriais.

E por fim, é notório que o escopo do contrato prevê Suporte e manutenção para os equipamentos de informática.

"Desta forma, entendemos que é cabível e indispensável a necessidade da apresentação do Registro da empresa participante no CRT (no prazo disposto no Art. 4º - Parágrafo único - A pessoa jurídica que não requerer o seu registro, no prazo de 60 (sessenta dias), a contar do arquivamento de seus atos constitutivos nos órgãos competentes, será notificada para que, em 30 (trinta) dias, promova a sua regularização perante ao CRT, sob pena de autuação por exercício ilegal da profissão."

Desta forma, a empresa que não apresentar a comprovação do registro no CRT está inapta a participar de licitações e será inabilitada, sendo esta uma condição obrigatória, pois sem o registro a empresa que possua como objeto social serviços/manutenções em equipamentos de informática e telecomunicações sequer pode participar de licitações, sob pena de autuação por exercício ilegal da profissão.

Está correto nosso entendimento?



Resposta: O entendimento está incorreto.

Inicialmente, é possível afirmar que não seria pertinente a exigência de registro junto ao Conselho Regional de Técnicos Industriais nas licitações para a contratação de serviços que envolvam prestação de serviços terceirizados, na medida em que a atividade-fim de tais empresas não se relaciona diretamente com ações privativas destes técnicos.

Por isso, somente a atividade principal exercidas pelas empresas participantes, deverá se submeter a fiscalização e ao controle do conselho profissional respectivo, pois as demais consideradas secundárias e portanto, exercida no domínio de sua estrutura interna, pois a atividade fim desta licitação é a locação de equipamentos, não estando inseridas nas atividades típicas de manutenção, o que poderá ser realizado por empresas terceirizadas.

O Tribunal de Contas da União, em manifestações recentes, se posicionou no sentido de que a exigência quanto ao registro em entidade profissional deve guardar estrita relação com a atividade-fim dos licitantes.

Deste modo, as alegações ventiladas não se mostram razoáveis, a medida que também ignoram considerar que o CRT, caso considere que determinada empresa esteja atuando sem o competente registro/inscrição, tome em relação a empresa, as devidas providências para instá-las a se adequarem, possuindo esta autarquia poder de polícia.

Saquarema, 04 de outubro de 2023

Raphael Ruiz Sanzani
Subsecretário Ciências, Tec e Inovação da Educação
964.497